



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no HABEAS CORPUS Nº 568075 - DF (2020/0072935-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**REQUERENTE** : ALISSON DE LIMA ALVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : ANDRESSA COSTA CRUZ DEL COLLI - DF060855  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

### DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado em benefício de ALISSON DE LIMA ALVES em razão de decisão por mim proferida às fls. 54/58. Na presente petição, promove a juntada de cópia integral do aresto vergastado.

Requer, assim, a reconsideração do mencionado *decisum* para que a liminar seja analisada e o processo tenha continuidade.

É o relatório.

Decido.

Dada a deficiência na instrução do feito no momento da impetração, correta a decisão proferida que indeferiu liminarmente a ordem, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, diante da juntada de cópia integral do acórdão vergastado, reconsidero a decisão de fls. 54/58 e determino o prosseguimento do feito. Desta forma, passo à análise do pedido de liminar.

Tratando-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se ao Juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações

pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator